



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ALLANA STHERPHANE BARBOSA CAVALCANTE**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE  
ASPERGER: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2018**

---

**ALLANA STHERPHANE BARBOSA CAVALCANTE**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE  
ASPERGER: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentação como requisito para a obtenção  
do título de Licenciatura em Pedagogia da  
Universidade Estadual da Paraíba- UEPB -  
Campus I - Campina Grande- PB, sob a  
Orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Vagda Gutemberg  
Gonçalves Rocha**

**CAMPINA GRANDE - PB**

**2018**

C376 i Cavalcante, Allana Stherphane Barbosa.

A Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Asperger [manuscrito]: relato de experiência / Allana Stherphane Barbosa Cavalcante. – 2018

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Pedagogia)- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

“Orientação: Profa. Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha, Coordenação do Curso de Pedagogia- CEDUC.”

1. Práticas de Inclusão. 2. Síndrome de Asperger. 3. Relato de experiência. 4. Educação básica. I. Título

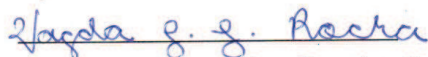
21. Ed. CDD 371.9

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE  
ASPERGER: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentação como requisito para a obtenção  
do título de Licenciatura em Pedagogia da  
Universidade Estadual da Paraíba- UEPB -  
Campus I - Campina Grande- PB, sob a  
Orientação da Prof. Drª. Vagda Gutemberg  
Gonçalves Rocha**

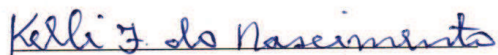
Aprovado em 02/08/2018

BANCA EXAMINADORA



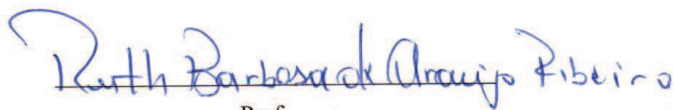
Profª. Drª Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

Orientadora – UEPB



Prof.

Profª. Drª Kelli Faustino do Nascimento – UEPB



Prof.

Profª. Msª Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro – UEPB

Campina Grande – PB

2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que me apoiaram nessa longa caminhada de conclusão no curso de Pedagogia. Em especial a minha mãe Rosemary Barbosa Medeiros que me apoiou em todas as etapas do curso, e a minha avó Josefa Digna Barbosa (em memória) por sempre ter me dado forças para continuar.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A SÍNDROME DE ASPERGER.....	8
3. A ESCOLA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	10
4. SOBRE A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA E A CRIANÇA COM SÍNDROME DE ASPERGER.....	12
4.1. A escola campo de estágio.....	12
4.2. Desafios da inclusão escolar: experiência/inexperiência com a Síndrome de Asperger ...	13
4.3. Limites e possibilidades vividos no processo.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
REFERÊNCIAS .....	23

## **RESUMO**

Este relato de experiência analisa a vivência enquanto estagiária, numa escola da rede privada de Campina Grande, numa turma de Educação Infantil com uma criança com Síndrome de Asperger. Para tanto, ancora-se em registros de memórias vividas que são analisados a partir de estudiosos na área, a exemplo de Melo (2007), Köhler (1980), Ferreira (2017), Pintor (2017) e, ainda, na legislação vigente que trata da Educação Especial. Trata da recepção do estudante com necessidades especiais por uma escola e professores até então inexperientes em relação a pessoas com transtornos globais do desenvolvimento. Foi um aprendizado múltiplo, tanto por parte da professora, da estagiária, das crianças e, pode-se dizer que da escola como um todo. Pode-se afirmar, ainda que a experiência contribui substancialmente para a formação profissional de estudante e acadêmica, para além de contribuir também para a constituição pessoal daquela que a viveu.

**Palavras- chave:** Estágio. Práticas de Inclusão. Diferença.

## 1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata de um relato de experiência, enquanto auxiliar de docência, numa turma de Educação Infantil II. A experiência em tela refere-se, em específico, ao acompanhamento de uma criança com Síndrome de Asperger (grau leve), numa escola da rede privada em Campina Grande.

O interesse em refletir sobre tal experiência se deu em virtude de ser algo nunca antes vivido por mim. Mas para além disso, há também o fato da inexperiência da escola e da própria professora regente da turma, fato que se repete nos discursos acerca da recepção de pessoas com deficiência, transtornos globais de comportamento ou mesmo superdotação, ou seja, aquelas que apresentam algum tipo de necessidades educacionais especiais, pelas escolas, tanto públicas quanto privadas.

Nossos registros foram analisados a partir de autores tais como: Targino (2013), Köhler (1980), Ana Maria S. Ros de Mello (2007), Nelma Alves Marques Pintor (2017). Fazemos uso de nossos próprios registros de memória por entendermos que o refletir sobre a experiência vivida pode ser fonte de conhecimento, tanto para aquele que reflete quanto para aqueles que podem vir a acessar tais reflexões. Neste caso, em específico, refletimos acerca de uma experiência escolar que se quer inclusiva, dado o amparo legal que assiste as crianças com deficiência e em idade escolar.

A partir do vivido é possível dizer que a escola campo de estudo ainda busca sua adequação perante o público de Educação Especial, entretanto, é possível afirmar também que a professora regente e a estagiária pesquisaram sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e tentaram adequar a rotina, o material didático e as atividades desenvolvidas no sentido de atender a criança com Síndrome de Asperger. O esforço envidado foi exitoso, apesar das dificuldades enfrentadas.

O artigo a seguir encontra-se disposto da forma seguinte: trazemos uma seção inicial apresentando a Síndrome de Asperger e, em seguida discutimos a escola e a educação especial. Após, discorremos sobre a experiência vivida, a escola campo de estágio, os desafios impostos pela experiência/inexperiência e sobre os limites e possibilidades vividos em sala de aula. Por fim, temos as considerações finais. Nestas fazemos um arrazoado do quão válida e enriquecedora foi tal experiência em nossa trajetória enquanto estudante e futura pedagoga.



## 2. A SÍNDROME DE ASPERGER

A síndrome de Asperger é um transtorno neurobiológico que, dentre tantos outros, enquadra o global do desenvolvimento. Apesar de ter sido considerado diferente do autismo, atualmente é caracterizado como um Transtorno do Espectro Autista (TEA), neste caso, passa a ser considerado um autismo com sintomas mais leves, geralmente com características comportamentais que denotam dificuldade na interação e comunicação social (Pinto, 2017 p. 148).

Mello (2007, p. 26) elenca algumas características mais comumente encontradas em pessoas com Síndrome de Asperger:

Atraso na fala, mas com desenvolvimento fluente da linguagem verbal antes dos 5 anos e geralmente com:  
Dificuldades na linguagem,  
Linguagem pedante e rebuscada,  
Ecolalia ou repetição de palavras ou frases ouvidas de outros,  
Voz pouco emotiva e sem entonação

Para além destes, a demonstração de interesse restrito por determinados assuntos, algumas habilidades incomuns (tais como facilidade para cálculo ou memorização), compreensão literal, dificuldade na sustentação do olhar, hipersensibilidade sensorial são também características da Síndrome de Asperger.

O diagnóstico de TEA ou da Síndrome de Asperger não é possível através de exames clínicos, mas sim por meio de observações comportamentais, como recomendado no DSM-V (O Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, 2014). “Egocentricidade extrema, padrão limitado de interesses, rotinas e rituais, peculiaridades de fala e linguagem, problemas com comunicação não-verbal e falta de coordenação motora” são apontados por Gillberg (1991, *apud* Mello, 2007, p. 73) como critérios diagnósticos do transtorno em tela.

Por tratar-se de um transtorno global do desenvolvimento e considerando que cada pessoa que apresente tal diagnóstico tem características muito peculiares, particulares, o tratamento é realizado de forma individual, tendo em vista a função de evolução de cada criança. No tratamento, intervenção ou acompanhamento são realizados procedimentos com vistas ao incentivo à autonomia, à comunicação não verbal, à flexibilidade para realizações de atividades cotidianas, à comunicação entre a família e as pessoas de sua convivência e, ainda a utilização de farmacologia, caso seja necessário. E, como não poderia ser diferente, a criança com Síndrome de Asperger deve frequentar uma escola regular, conforme o Decreto

Nº 6.094/ 2007, em seu art. 2º, inciso IX. Entretanto, cabe ressaltar que, por vezes, no ambiente escolar a criança com Síndrome de Asperger, por não ter um diagnóstico ou tê-lo de forma equivocada é rotulada como pedante, sem limites, desorganizada, etc.

Ainda de acordo com Mello (2007) a recomendação feita à escola é de que, caso o professor observe algumas das características acima mencionadas, em algum dos seus alunos deve encaminhar a um profissional responsável para que possa ser avaliado, bem como informar à família e firmar parceria visando a um melhor acolhimento e desenvolvimento dessa criança. Recomenda-se, ainda, que para uma melhor interação entre aluno e professor é necessário uma aproximação, uma ajuda nas atividades cotidianas, uma rotina com lista de atividades, estímulo à socialização e elogios quando o mesmo tiver um bom desempenho.

Atualmente existem alguns métodos utilizados para trabalhar especificamente com crianças com TEA, como o tratamento comportamental ABA (Applied Behavior Analysis, na sigla em inglês) que visa o estímulo-resposta. A criança recebe algo do seu interesse quando responde àquilo que lhe foi pedido. Também pode ser usado o método TEACCH (em português, Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação) para avaliar a criança, descobrir seus pontos fortes e dificuldades, organizando uma rotina, dentre outros métodos.

É interessante ressaltar que ambos os métodos acima citados têm como base o behaviorismo, ciência comportamentalista que tem como expoentes estudiosos como Skinner e Pavlov. São métodos que envolvem estímulo, resposta, e reforço do comportamento. Segundo Köhler (1980), o exame do behaviorismo estabelece que não existe um estudo de experiência direta, uma vez que a experiência é derivada, necessariamente, das influências que o ambiente exerce sobre o organismo e, neste caso, o ambiente não pode ser experimentado mas, de certo modo, controlado para o fins de experimentação.

Ivan Petrovich Pavlov colaborou para o desenvolvimento das primeiras teorias da aprendizagem e escreveu sobre temas da psicologia. Pavlov comprovou no seu experimento que assim como um cão, os seres humanos também poderiam ser condicionados. O cão fazia o que era condicionado para receber alimento como recompensa. Neste caso, tem-se um condicionamento clássico, no qual se entende que a aprendizagem ocorre com a ajuda de um estímulo, que anteriormente era neutro, mas quando associado torna-se uma resposta condicionada (TARGINO, 2013).

Já o reflexo incondicionado pode ser utilizado para produzir mudanças de comportamento, como foi mostrado em Albert. Burrhus Frederic Skinner que escreveu vários livros sobre comportamento humano. Skinner estudava os efeitos das recompensas que são

mais previsíveis do que os efeitos das punições na moldagem do comportamento (FEIST; FEIST e ROBERTS, 2015). O reforço ou recompensa pode ser positivo e negativo, tal qual a punição. Por exemplo, uma pessoa pode ter medo de avião, mas concorda em viajar de avião para conhecer um outro país. Este é um reforço positivo, ou uma recompensa. O reforço negativo pode ser exemplificado da seguinte forma: uma pessoa teme cães, mas resolve criar um cão (desde filhote) como precaução aos assaltos à residências. Neste caso, algo desagradável (o medo de cães) é removido devido ao comportamento desejado. Já a punição pode ser positiva, quando, por exemplo, nos forçamos a estudar uma fração de horas dia, tendo em vista uma aprovação num concurso ou mesmo a apreensão de determinado conteúdo. No caso da punição negativa, ocorre quando subtraímos do cotidiano de uma criança uma atividade recreativa, um brinquedo ou mesmo um alimento que ela goste em decorrências de comportamentos indesejados.

Ainda que o behaviorismo puro não seja comumente adotado nos dias atuais, é fato que as técnicas comportamentais são as mais utilizadas em terapias cuja finalidade seja a modificação do comportamento. A seguir, discutimos a escola e a educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação.

### **3. A ESCOLA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A LDB 9394/96, art. 4º, inciso III, prescreve “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno os globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. Já no art. 5º desta mesma Lei, temos que “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo”. Podemos acrescentar, ainda, que a educação é também um direito inalienável, segundo a Constituição Federativa do Brasil de 1988. Logo, a pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou superdotação, tem, obrigatoriamente, direito a matrícula efetiva na escola regular, seja pública, seja privada.

Assim, a matrícula da criança com deficiência na escola regular é uma recomendação legal no Brasil (CF/1988; Decreto Nº 6.094/ 2007; Decreto 6.571/2008; LEI Nº 13.146/2015). Desde o início década de 1990 a Declaração de Salamanca (1994) já preconizava que:

“aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, devem ser acomodados dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”. O Brasil, numa tentativa de atender às demandas do público de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, além de executar a matrícula, a partir de legislação específica passa a oferecer salas de recursos multifuncionais em escolas da rede pública (municipais, estaduais e federais) como forma de promover a autonomia do aluno com deficiência para construção do seu aprendizado, oportunizando o desenvolvimento de suas potencialidades. São as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com assistência de professor especialista. Para além da sala de AEE há também a figura do Cuidador Educacional, sob as expensas pelo poder público, apenas na escola pública<sup>1</sup>. Nas instituições privadas o profissional que exercerá tal função fica sob as expensas da família do aluno. Caso a escola não tenha a sala de AEE, a criança é encaminhada para um local onde ocorra esse atendimento. Tanto em espaço escolar como não escolar do atendimento em sala de AEE deve ser realizado em horário oposto ao do estudo regular da criança e, como regra, a criança deve estar devidamente matriculada.

Entretanto, para que o atendimento em sala de AEE e o acompanhamento pelo cuidador educacional ocorram é necessário laudo a ser apresentado à escola. O Decreto 6.571/2008 dispõe sobre o a prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para o atendimento educacional especializado a ser garantido pelos entes federados. Apesar da existência de leis que regulamentem a presença da pessoa com deficiência na escola regular, sabemos que esta é, efetivamente, uma conquista ainda pleiteada por este público.

Na escola privada, entretanto, estas conquistas ainda estão por ser alcançadas. Algumas escolas privadas buscam integrar, em todas as atividades, as crianças com deficiência, dizendo não as tratar de forma diferente, buscam a adaptação de espaços físicos para melhor recepção-los com equidade e uma educação de qualidade, pois uma vez que é garantido, legalmente a estas o direito público, subjetivo e inalienável à educação (BRASIL, 1988). Esse direito implica em acessar o processo ensino e aprendizagem, bem como a interação com as demais crianças. Implica ainda em trabalho de parceria/cooperação com os profissionais que atendem a criança, buscando sempre inclusão, outras, porém já os trata como apenas mais um produto. A instituição apenas a recebe, mas não se preocupa com a sua aprendizagem.

---

<sup>1</sup> A função do Cuidador Educação ainda não está regulamentada. Há o Projeto de Lei do Senado nº 228/2014 que pleiteia a sua regulamentação, mas este projeto ainda se encontra em tramitação.

Mesmo sendo um desafio, a inclusão vem sendo amplamente debatida e pleiteada visando a criação de estratégias para que as crianças com deficiência progridam segundo a sua capacidade; para que haja capacitação e outros eventos educacionais que propiciem a formação de professores; para que as salas de AEE estejam cada vez mais presentes nas escolas. O empenho de esforços têm sido uma constante e tem ajudado a naturalizar o que antes era visto com espanto, ou seja, tornar natural, corriqueiro a presença de pessoas com deficiência em salas de aula regulares.

#### **4. SOBRE A EXPERIÊNCIA NA ESCOLA E A CRIANÇA COM SÍNDROME DE ASPERGER**

O relato de experiências refere-se ao exercício de sistematização, bem como reflexão acerca de experiências necessariamente vividas e neste se inter-relacionam uma gama de fatores objetivos e subjetivos, dentre estes, as condições do contexto no qual se desenvolve, as situações particulares a serem enfrentadas, as decisões e ações para o alcance de determinados objetivos, as interpretações e percepções particulares, dentre outros (HOLLIDAY, 1996).

O relato de experiência constitui-se num texto que descreve e analisa uma experiência que possa contribuir para a área de conhecimento a que está relacionada. Não é uma narração emotiva ou meramente subjetiva, visto que carece de objetividade e aporte teórico, ainda que estejamos tratando de uma experiência particular, analisada a partir do ponto de vista do próprio sujeito envolvido na mesma, portanto, ainda que tal relato guarde traços de subjetividade.

Após refletirmos sobre a Síndrome de Asperger, passamos à experiência vivida numa escola privada em Campina Grande.

##### **4.1. A escola campo de estágio**

A escola na qual desenvolvemos o estágio, objeto desta reflexão situa-se em Campina Grande, município localizado no estado da Paraíba, Brasil e considerada um dos principais pólos industriais da Região Nordeste, bem como um dos maiores pólos tecnológicos da América Latina. É a segunda cidade mais populosa da Paraíba, e sua região metropolitana é formada por dezenove municípios.

A cidade de Campina Grande é um centro universitário, além de ensino superior, o município é destaque também em centros de capacitação para o nível médio e técnico. Esta cidade também é palco da Sede da Associação Amigos do Autista (AMA), uma entidade ligada ao instituto Brenda Pinheiro que desenvolve atividades no tratamento de crianças dentro do transtorno do espectro autista, através dos métodos TEACH, ABA e Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PEC'S), que são métodos utilizados em todo o mundo, com comprovação de eficácia científica. O objetivo da instituição é ajudar familiares de autistas e crianças que não podem pagar pelo tratamento. Além desta, há ainda a Associação Campinense de Pais de Autistas (ACPA), que se apresenta com a missão de “desenvolver atividades que busquem assegurar o amparo, a proteção e o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, enquadrados nos transtornos do Espectro Autístico e possibilitem o desenvolvimento físico, mental, social, educacional e profissional destas pessoas, facilitando a inclusão integral na sociedade e favorecendo o pleno exercício de seus direitos fundamentais”<sup>2</sup>. Além destas instituições, ainda há a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Instituto dos Cegos, a Escola de Deficientes de Áudio-Comunicação (EDAC); a Organização Papel Machê, a Associação de Apoio à Criança Deficiente (AACD), dentre outras que atendem pessoas com deficiência.

A escola, cujo estágio é nosso palco de reflexão, situa-se num bairro central de Campina Grande. É uma escola que atende mais de 3.000 alunos distribuídos entre os turnos matutino, vespertino e noturno. Sua estrutura física é de grande porte, assim, as turmas de educação infantil funcional em ala separada das demais turmas. A escola atende da educação infantil ao ensino médio, inclusive com cursos profissionalizantes. A estrutura física é composta por modernas salas de aula, quadra de esportes, laboratórios de física, química, ciências e de informática, salas de áudio e vídeo, auditório, anfiteatro, biblioteca, sala de leitura, sala de reuniões, recepção, espera dos pais, elevador, Playground e Jardim. Apesar de ter uma estrutura considerada ótima, não dispõe de espaço destinado a sala multifuncional, apesar de se afirmar uma escola inclusiva.

#### **4.2. Desafios da inclusão escolar: experiência/inexperiência com a Síndrome de Asperger**

Através do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), desenvolvemos um estágio eletivo em uma Escola da rede privada/Campina Grande, numa turma do Infantil IV, através de uma empresa de estágio CIEE (Centro de Integração Empresa

---

<sup>2</sup> Ver: [https://www.facebook.com/pg/apacampina/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/apacampina/about/?ref=page_internal)

Escola). Nesta modalidade de estágio há a assinatura de um contrato, entre as instituições parceiras que estabelece o tempo de permanência do estudante estagiário na instituição receptora. Na empresa na qual estagiei o contrato foi assinado para um ano, podendo ser prorrogado por mais tempo, no nosso caso, em específico, foi prorrogado por mais um ano. A experiência em tela aconteceu em 2014.

A turma do Infantil IV recebeu uma criança autista, de 04 (quatro) anos de idade. Não tínhamos experiência em trabalhar com crianças deficientes ou com transtorno global do desenvolvimento em sala de aula e não houve nenhum treinamento prévio para receber essa criança. A sala possuía 22 alunos de 3 a 4 anos e era regida por uma professora e esta contava com uma auxiliar (no caso, eu). A professora tinha formação em Pedagogia pela UEPB e a auxiliar estava fazendo o mesmo curso, na mesma instituição, e o seu contrato com a escola se dava a partir de programa de estágio eletivo, ou seja, estágio não curricular que, na maioria das vezes, é remunerado com auxílio de custo.

Antes de iniciar as aulas, enquanto estagiária, fomos apresentadas aos funcionários como as novas estagiárias da Educação Infantil<sup>3</sup> e, posteriormente, convidadas a conhecer a estrutura física da escola. Em momento algum falaram que havia crianças autistas matriculadas ou de como deveríamos trabalhar com elas. Todavia, haviam três crianças na Educação Infantil no turno vespertino (uma no Infantil III, uma no Infantil IV e outra no Infantil V). Pelo não convívio com o ensino fundamental e o ensino médio na escola campo de estágio, não sabemos dizer da existência de outros estudantes da modalidade de educação especial. Também, mesmo após algumas indagações, não nos foram relatados nenhum caso, além dos já citados.

No tocante à turma de Infantil IV, após a constatação, por parte da professora responsável pela turma da existência de uma criança com Síndrome de Asperger, tanto eu, enquanto estagiária, quanto a professora, buscamos informações acerca do como trabalhar com uma criança com o referido transtorno. Como eu era estudante, busquei informações com um professor do componente curricular de Educação Especial da UEPB e a professora buscou informações com outros profissionais que conhecia. A escola em questão, para a educação infantil, não disponibiliza psicólogo escolar ou mesmo psicopedagogo, fato que dificulta o trabalho do professor e, principalmente, a adaptação da criança à escola e da escola à criança.

---

<sup>3</sup> Havia eu e mais 3 estagiárias.

Algo que de imediato chamou minha atenção foi o fato de que a criança em questão permanecia menos tempo na escola que as demais. Esta geralmente chegava após as treze horas e costumava sair antes das dezessete horas. Tal comportamento por parte da família era justificada em virtude dos ofícios desenvolvidos pela mesma. O ramo de negócio desenvolvido pela família dificultava o cumprimento dos horários estabelecidos pela escola e, por se tratar de um filho ainda de pouca idade, ela, a família, não se dispunha ou confiava no transporte escolar como alternativa para resolução da irregularidade do horário. Contudo, mesmo mediante tal explicação, encontrávamos contradições, visto que, na maioria das vezes, os pais deixavam a criança na escola e uma outra pessoa ficava encarregada de buscá-la. Há também que ressaltarmos que a família não comunicou a escola acerca da Síndrome de Asperger que acometia seu filho. Tanto a escola como a professora e eu, a auxiliar, percebemos o referido transtorno global do desenvolvimento no decorrer das aulas.

Assim, após o período de início das aulas foi possível perceber a diferença no comportamento da criança (Síndrome de Asperger). Houve estranhamento, tanto por parte da professora como da minha parte, enquanto auxiliar, como por parte das demais crianças da sala. Depreendemos que tal estranhamento seja consequência do desconhecimento da Síndrome de Asperger, bem como de outras tantas síndromes que possam elencar o chamado transtorno global do desenvolvimento (diferentes transtornos do espectro autista, psicose infantil, Síndrome de Kanner e Síndrome de Rett). Podemos afirmar ainda que o estranhamento ocorre também em relação a outras diferenças que careçam de um atendimento mais especializado, tais como a deficiência intelectual, a paralisia cerebral, a paraplegia, a surdez, a cegueira, dentre tantas outras. E como não houve nenhuma capacitação por parte da escola para recepção e estímulo ao desenvolvimento de tais crianças, daí o estranhamento.

Havia claramente inexperiência e falta de habilidade no trato com o autismo ou mesmo com a Síndrome de Asperger, tanto no tocante à aprendizagem quanto à compreensão dos comportamentos característicos de tal síndrome. Falamos isso ao rememorarmos a experiência vivida, visto o nosso próprio despreparo, tal qual o da escola e este influenciava ou repercutia no comportamento das crianças da escola no trato com a diferença, com o até então desconhecido.

O aprender a conviver, sobretudo com o diferente, figura entre as competências, tanto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN, 2013), quanto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018). Em específico, trazemos aqui as competências 4 e 9 da BNCC, a título de exemplo.



4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Neste caso, o exercício de se colocar no lugar do outro, do estranho, do desconhecido, do indesejável e assim, espera-se poder buscar adaptação do meio ao sujeito para melhor atendê-lo, considerando as suas capacidades de desenvolvimento perspectivando a realização de suas atividades cotidianas de maneira o mais autônoma possível. Além disso, a escola precisa atentar para a socialização dos sujeitos que a frequentam.

O desconhecimento e o não exercício da empatia pelo menos no início das aulas fizeram com que a criança com Síndrome de Asperger deixasse de cumprir algumas regras que eram aplicadas às demais crianças e, nesses momentos, surgiam questionamentos do restante da turma porque ele não fazia o mesmo que os demais, posto que as crianças não compreendessem porque ele se comportava daquela forma. A partir do auxílio buscado (pela professora da turma, com o professor de Educação Especial da UEPB, e algumas conversas com a família da criança) ficou mais acessível à comunicação e a socialização com todo o grupo.

Passamos um ano com essa criança na turma do Infantil IV. No decorrer deste período foi perceptível o progresso na socialização entre as crianças, inclusive a com Síndrome de Asperger. Todas as crianças a convidavam a participar de atividades diversas, das brincadeiras e esta, entretanto, apesar de preferir sempre brincar sozinha, já não provocava mais estranhamento. Quanto à questão cognitiva, também vimos um progresso, em específico da criança com Síndrome de Asperger, sempre que era auxiliada pela professora da turma, portanto.

Foi muito proveitoso o período que passamos esta criança, visto a obtenção da experiência profissional e pessoal acumula a necessidade de buscar um aperfeiçoamento fora do curso, pois o curso oferece apenas uma base e assim faz-se necessário buscar novos conhecimentos de acordo com cada necessidade educacional.

### 4.3. Limites e possibilidades vividos no processo

Como dissemos anteriormente, a família não comunicou à escola sobre o quadro clínico da criança a ser recebida. O inesperado, transformou-se em estranho, em surpresa, em despreparo por conta da escola, da professora, bem como da auxiliar. Já em sala, após percebermos a diferença, a professora da turma contactou a coordenação pedagógica e esta, por sua vez, contactou a família e indagou sobre a possibilidade de um laudo médico já existente, bem como um acompanhamento por equipe especializada.

Após a indagação, a família apresentou o laudo solicitado, bem como informou do acompanhamento médico, neste caso, um médico psiquiatra. A coordenação solicitou que a família pusesse a escola em contato com o referido médico para que fossem adotados procedimentos mais adequados tendo em vista o comportamento e a aprendizagem da criança, contudo, tal contato não foi estabelecido. Foi-nos entregue apenas o laudo médico. Aqui, fazemos uma ressalva para a não aceitação do quadro clínico da criança por parte da família, mais especificamente, por parte da mãe. A não aceitação da mãe, em particular, dificultou o diálogo entre a família sobre procedimentos a serem adotados, sobre possíveis metodologias a serem desenvolvidas e, mesmo sobre adaptação de materiais escolares e o acompanhamento fora da escola, seja em local especializado, no caso uma sala de AEE, conforme preconiza a legislação vigente (Decreto nº 6.571/2008) ou mesmo por uma equipe ou profissional especializado. Todavia, tal comportamento por parte de mães e demais familiares não é incomum. Ferreira (2017) aborda tal questão quando investiga a função de cuidadores educacionais no acompanhamento de crianças com deficiência e um dos limites encontrados está na resistência das famílias em admitirem determinados quadros clínicos ou determinados doenças. Um misto de medo, estranhamento, preconceito, vergonha.

Quanto ao apoio oferecido pela escola, ressentimo-nos, visto o entendimento de que a coordenação pedagógica poderia ter apoiado no planejamento e na adaptação tanto da metodologia utilizada, quanto do material didático e ainda das atividades a serem realizadas. E, ao contrário do esperado, não foi oferecida nenhuma capacitação a professora do infantil IV e, óbvio, nem à sua auxiliar, no caso, eu. Mediante o exposto, assumimos que foram cometidos alguns equívocos provocados ou favorecidos pela falta de conhecimento de como agir diante das dificuldades do dia a dia, como o uso de termos inadequados para explicar o comportamento da criança com Síndrome de Asperger às outras crianças que o diminuíam ao perceberem suas limitações. Houve um episódio no qual a família, ao saber, talvez através do próprio filho, que nós, em sala de aula, justificávamos o seu comportamento diferente por ele

ser um bebê, fez uma chama à professora nada convencional. Pediu, de forma bastante ríspida que o filho fosse tratado tal como as demais crianças. Nós, a professora e eu, dizíamos que a criança com Síndrome de Asperger era um bebê para justificar a sua inquietação em permanecer sentado (ela ficava andando pela sala ou mesmo pela escola, enquanto as demais desenvolviam suas atividades), ela também ainda usava fraldas, sendo a única na sala a precisar ir ao trocador. Tais fatos chamavam a atenção dos coleguinhas. Estes indagavam o porquê e nós tentávamos justificar dizendo que ela ainda era um bebezinho. Procedimento inadequado, desaconselhável, reconheço.

Seria mais adequada uma intervenção onde explicássemos às demais crianças, com uma linguagem acessível para a idade deles, os motivos daquela diferença e a necessidade de apoio e compreensão para que o coleguinha superasse as fraldas e se acostumasse com a presença das demais crianças e mesmo com o ambiente da sala de aula e da escola.

Todos os dias, o momento de acolhimento iniciava com a professora e a auxiliar colocando brinquedos nas mesinhas da sala ou um material literário (livro, gibi, etc). As crianças eram recebidas com carinho, beijinhos, entretanto, com a criança com Síndrome de Asperger, inicialmente, a professora tentava beijá-lo, mas ou ela (a criança) limpava o local ou não permitia o beijo. Com o tempo, fomos nos acostumando e nos adequando a tal comportamento, em virtude das pesquisas por nós realizadas. Após esse momento, todas as crianças se sentavam à mesa e, enquanto a professora ou a auxiliar organizava os materiais a serem utilizados, a outra ficava com a turma. Após a chegada de todas, estas eram convidada para uma roda de conversa, que podia ser com todos os integrantes sentados no chão ou mesmo que permanecessem sentados nas mesinhas. A criança com Síndrome de Asperger não se concentrava, mesmo com a insistência de convites para participar daquele momento. Chamava a atenção das outras crianças que estavam na roda de conversa. Apesar da resistência e, após a observação da mãe (já relatada), tentávamos manter a criança em questão no círculo, mesmo as demais crianças se mostrando incomodadas. Na roda, conversávamos um pouco sobre a rotina delas e o que seria efetuado naquele dia. Compartilhávamos as atividades realizadas em casa e as que seriam feitas na tarde, a oração, a canção e a literatura. As atividades trabalhadas durante a tarde e a de casa eram lidas e explicadas, se houvesse algum comunicado também era lido antes de colar na agenda.

A professora da sala buscou meios de adaptar as atividades que eram realizadas com as outras crianças para a criança com Asperger. Podemos citar como exemplo o destaque das margens das atividades em folha diferenciando as cores. Esta mediada era realizada com o

meu auxílio, pois, sentava-me ao lado para dar suporte na rotina, tentando a todo momento fazer com que a criança em questão participasse. Tentamos, ao nosso modo, incluí-la em todas as atividades da rotina da classe, mesmo esta se negando a realizar algumas delas. Mostrava-se mais interessado em atividades relacionadas a números. Por diversas vezes se negou a realizar outras atividades pedagógicas. Com a insistência, a criança se alterava, ficava nervosa e, por vezes, chorava. A professora continuava insistindo e, às vezes lograva êxito no seu intento, outras não.

Outro fato que me chamava atenção é que a criança, em específico, não obedecia aos comandos na recreação, seja nas recreações com os professores responsáveis de dança ou atividades físicas (circuito, jogos com bola, ou outros), seja no momento de sair para brincar no parque, antes do lanche. No parque ficava mais isolada, apenas correndo. Poucas vezes brincava com as outras crianças, mesmo a professora tentando fazer com que a mesma interagisse. Também não participava das apresentações. Durante os ensaios estava presente e era estimulada a participar, mas não obtínhamos muito sucesso. Não havia um momento onde a criança saísse da sala para tentar outros meios de aprendizagem pedagógica, ou seja, ser assistida num espaço de AEE.

Em alguns momentos, as crianças ficavam inquietas e isso o incomodava, deixando-o muito agitado. Nesses momentos não tinha como sair da sala acompanhado, pois eu também auxiliava as outras crianças da turma, sentando ao lado de cada uma e mediando as atividades. Apesar de às vezes atuar como cuidadora educacional, eu estava, de fato, na função de auxiliar e isso demandava muitas tarefas, de forma que eu não podia assistí-lo como deveria.

Durante a tarde ela andava muito na sala e não atendia quando era reclamado, para o estranhamento das outras crianças que seguiam a rotina comunicada no início da tarde.

No decorrer do ano a criança demonstrava ter apreendido conhecimentos relativos números, letras e a cópia do próprio nome (usando a Ficha de Nome), com mediação. Com as intervenções e adaptações pedagógicas realizadas após o início das aulas, ela começou a entender que precisava seguir a mesmas regras de convivência, mesmo não permanecendo sentado como as outras crianças quando era preciso, ou seja, depreendemos que a rotina adotada e o convívio com as demais crianças estavam auxiliando na internalização de regras sociais, sendo estas imprescindíveis para o convívio em sociedade.

Esta aprendizagem não foi unilateral, visto que tanto as demais crianças como nós, professora e estagiária, estávamos aprendendo com o novo, o desconhecido, o até então,

estranho. Estávamos reconhecendo a sua tomada ou conquista de autonomia, por exemplo, reconhecia e pegava o próprio material, quando solicitado, organizava seu lanche na mesinha, se dirigia ao parque de forma independente, dentre outras ações. Aprendíamos, ainda que paulatinamente, a tratá-la como igual, a respeitar o seu espaço e a sua forma de ser.

A professora e eu, buscamos meios de prover uma educação especial, tomando o devido cuidado de continuar oferecendo suporte às outras crianças. A família continuou a intervir quando necessário. Houve reclamações, por parte da família de que a criança deles precisava de mais atenção e, por vezes, eu chegava atrasada, e ela ficava sozinha na área de recreação. A escola não dispunha de um funcionário ou outro estagiário que a acompanhasse ou mesmo supervisionasse.

Posso atestar que a experiência vivida foi de uma riqueza imensurável. Riqueza profissional no que se refere ao conhecimento pedagógico oportunizado (através de estudos e pesquisas necessários ao momento) e, principalmente, no trato com crianças com deficiência. Riqueza também quanto ao crescimento pessoal, à aceitação do diferente, do estranho, do até então inédito em nossas vidas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência aqui compartilhada neste relato diz de um momento de substancial auxílio na minha formação profissional, principalmente neste momento de particular demanda da diferença, demanda por reconhecimento, por igualdade, por equidade, por direitos iguais. Uma experiência no tocante à formação pedagógica, principalmente no que se refere à inclusão escolar de crianças com espectro autista, neste caso específico, com a Síndrome de Asperger.

Aqui, expus as dificuldades de quem não tinha experiência, tanto no exercício da docência quanto no acompanhamento de crianças deficientes. Aprendi muito sobre a importância da rotina para as crianças, principalmente, para a criança com Síndrome de Asperger. A rotina confere noções de organização de tempo e de espaço, noções de disciplina consigo próprio e com os demais por parte de todos os que compõe a turma, professores e crianças. Ao professor, em específico, aprendi, no cotidiano que a rotina também facilita o domínio de classe, o prender a atenção do aluno, a realização de atividade e, inclusive, o comando na hora das brincadeiras.

Essa rotina, como já dito, foi substancial para as tentativas de inclusão. Para além da rotina, aprendi também a exercitar o princípio da empatia, pois encontrávamo-nos diante da situação inesperada. Estava diante de nós uma criança precisando de um apoio na inserção no mundo escolarizado, na socialização com as demais crianças, na afirmação e reconhecimento de si próprio. Depreendemos que foram realizadas tentativas neste sentido e ainda, que logramos alguns êxitos, ainda que com bastante dificuldades.

Sabemos que o direito de inclusão de crianças com Síndrome de Asperger e demais transtornos globais do desenvolvimento, deficiências físicas e intelectuais ou mesmo a superdotação na escola regular está garantido na legislação brasileira (Constituição Federal, Lei 9394/96, Lei 13.146/2015, dentre outras), todavia, sabemos também que as escolas e seus professores estão ainda aprendendo a lidar com tais crianças. Aprendendo sobre as deficiências e buscando adequações de espaço, de material pedagógico e, principalmente, de estratégias metodológicas que viabilizem o processo de ensino e aprendizagem.

Fazemos essa inferência tendo em vista a dificuldade que tivemos na adequação de material didático e mesmo de atividades que promovessem a inclusão e, destacamos, a ausência de apoio ou orientação por parte da escola nas situações cotidianas que envolviam a criança com Síndrome de Asperger. Entendemos que o olhar profissional diferenciado não ignora as necessidades da turma, pelo contrário, identificando seu perfil, suas possibilidades e seus limites.

Entendemos também que a existência de métodos tais como o TEACH, PEC'S e o ABA auxiliam na melhor compreensão de crianças com Síndrome de Asperger e demais transtornos do espectro autista. Estes nos auxiliam no entendimento de que todo sujeito é capaz de aprender algo, de ser, se não total, ao menos relativamente autônomo.

O presente trabalho de conclusão de curso busca refletir sobre a experiência vivida, mas também sobre o papel da escola na formação da criança e sobre o funcionamento da política de inclusão escolar. A inclusão escolar que funciona para além das leis prescritas. A inclusão escolar sob o olhar de cada indivíduo, seja ele professor, estudante, pai, mãe, e quaisquer outros sujeitos que compõem a comunidade escolar.

## ABSTRACT

This experience report analyzes the experience as a trainee in a private school in Campina Grande, in a class of Early Childhood Education with a child with Asperger Syndrome. Then, it is anchored in records of lived memories that are analyzed from scholars in the area, such as Melo (2007), Köhler (1980), Ferreira (2017), Pintor (2017) and, which deals with Special Education. It consists on the reception of the student with special needs by a school and teachers that were inexperienced in relation to people with global developmental disorders. It was a multiple learning, both on the part of the teacher, the trainee, the children and, it can be said that the school as a whole. It can be affirmed, although the experience contributes substantially to the professional formation of student and academic, besides contributing also to the personal constitution of the one that lived it.

Keywords: Internship. Inclusion Practices. Difference.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em 24 de julho de 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.571/2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 02 de janeiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei Brasileira de Inclusão**. Lei 13. 146/2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em 02 de janeiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.094/2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm) Acesso em 02 de janeiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15261>>. Acesso em: 22 de julho 2018.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 01 de outubro de 2017.
- FEIST, Jess; FEIST, Gregory J.; ROBERTS, Tomi-Ann. **Teorias da personalidade**. Tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa ; revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes, Odette de Godoy Pinheiro. – 8. ed. – Porto Alegre : AMGH, 2015.
- FERREIRA, Silvilene Márcia. **O Cuidador Educacional frente a profissionalização**: limites e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba. 2017
- HOLLIDAY, O. J. Para sistematizar experiências. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 1996.
- KÖHLER, Wolfgang. **Psicologia da Gestalt**. Trad. de David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MELLO, Ana Maria S. R. **Autismo**: guia prático. 7ª ed. São Paulo, Corde, 2007
- PINTOR NELMA ALVES MARQUES. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Rio de Janeiro: SESES 2017. Disponível em <http://inclusaodahora.com.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-Inclusiva-autora-Nelma-Alves-Marques-Pintor.pdf> Acesso em 27 de abril de 2018.



TARGINO, Magnólia de Lima Sousa. **Psicologia da Aprendizagem** - Licenciatura em letras – Português. Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância.- Campina Grande: EDUEPB, 2013. P.37-43.